



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Dsisnama

13ª Reunião do Grupo de trabalho da Revisão da Resolução 413/2009 (Teams)

Data: 10 de novembro de 2025.

Local: TEAMS.

### Registros da reunião.

#### 1- Membros e participantes.

Nome	Órgão
Luciene Mignani	MPA
Juliana Lopes da Silva	MPA
Adriana Castilho Costa R Deus	
Aline Cruz Oliveira Machado	INEMA-BA
Carla Polaz	
Eduardo Ono	CNA
Eliane Yoshioka	EMBRAPA
Gabriele Teixeira Nepomuceno	
Getulio Ezequiel Da Costa P Filho	
Gracicleide Dos Santos Braga	IBAMA
Hélio Rubens Victorino Imbimbo	CETESB
Henryette Patrice Cruz	
Ives Feitosa Duarte	
Jade Marcel Alves Aprigio	
João Batista - SEDAM-RO	
José Carlos Sassi	
Kalinka Lessa Koza	CNI
Lorena Nascimento Leite Miranda	



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Dsisnama

Luciana Seki Dias	
Luiz Marques da Silva Ayroza	IP-SP
Marcelo Catharin	MPA
Marilsa Fernandes	Associação de Piscicultores/ Peixe SP
Marta Conde Lamparelli	CETESB
Nara Medeiros	
Renato Torigoi	Embrapa
Robert Hickson	IAT/PR
Tatiani Elisa Chapla	ICMBIO
Thiago Tardivo	
Júlia Lopes Martins	Dconama
Vinícius Diniz	Dconama
Vinícius Vitoi	DSisnama

## **2- Matéria**

Nº 02000.003079/2020-16 - Proposta de alteração da Resolução CONAMA nº 413/2009, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura, e dá outras providências.

## **3- Resumo da Reunião.**

Luciana Magnani-MPA abriu a reunião explicando que a equipe do MPA revisou a resolução e ficaram alguns itens da reunião anterior para ajustes. Na sequência iniciou-se a leitura da minuta atual.

- Art. 1º objetivo - sem ajustes.
- Art. 2º limites de aplicação da resolução - ajustes redacionais.
- Art. 3º e incisos - ajustes redacionais.
- Art. 4º e incisos sobre conceitos utilizados na resolução.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Disisnama

Aline Oliveira-IDEMA/BA sugere colocar a definição da Lei da Pesca, Lei 11959/2009, no concito de aquicultura, entretanto, Luciana Magnani-MPA explicou que a lei está sendo revista.

Alteração no inciso IV sobre área de preservação permanente. Supressão da última frase.

Inciso XXIII – Robert-IAT/PR sugere inserir referência às áreas alagada, tanque escavado, em unidade de área. Luciana Magnani-MPA explicou que a regra já foi definida como produção total de peixe e não área alagada. O tema foi abordado em artigo específico sobre regra transitória para ajustes de procedimentos por parte da OEMAs.

Inciso V – Aline Oliveira pergunta se o inciso sobre escape faz referência a matrizes ou também produção. Luciana Magnani-MPA explicou que as duas situações exigem cuidados e prevenção de escapes.

- Art. 5º sobre porte – sem ajustes.

- Art. 6º sobre enquadramento dos empreendimentos.

Aline Oliveira- IDEMA/BA sugere unificar art. 5º e 6º. Marta Lamparelli-CETESB sugere refletir sobre trazer o artigo sobre regra transitória para perto destes artigos.

Frederico-IBAMA sugere ajuste no inciso II para deixar claro que os §§ 1º e 2º são específicos para o inciso I ou inciso II. Foi feita inversão dos §§ para dar mais clareza.

- Art. 6º sobre definição dos procedimentos de licenciamento ambiental

Houve dúvidas sobre o uso do verbo “pode” nos incisos I, II e III do art. 6º.

João Batista-SEDAM-RO chamou atenção para situações específicas de Roraima onde a produtividade não é alta e sente necessidade de mais definições, em especial, produção/área em espaços maiores. Eduardo Ono-CNA explicou que a nova proposta, foco em produção e não em área, é a proposta central da proposta e caberá às OEMAs equalizarem procedimentos estaduais em harmonia com a nova proposta de resolução. Marta Lamparelli-CETESB reforçou que norma do CONAMA são orientativa e cabe às OEMAs fazer ajustes necessários em regulamentos estaduais. ”.

Tatiani Elisa Chapla-ICMbio questionou o termo “pode” no inciso III do artigo 6º sugerindo que o termo adequando é “deve”.

Frederico-IBAMA fez referência a incisos IV e V e sugere transformá-los em parágrafos para dar mais clareza. Quanto a estes incisos, houve concordância sobre a necessidade de ajustes para dar mais clareza ao conjunto do art. 6 e houve sugestão de consenso sobre como fazer ajustes.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Disisnama

- Art. 7º licenciamento de parque aquícola. Sem ajustes.

- Art. 8º sobre documentos necessários para celebrar contrato de cessão de uso.

Marta Lamparelli apresentou dúvida sobre semelhança entre inciso II e III e sugere que contrato de cessão seja deslocado para conceitos. Juliana Lopes-MPA sugere unificar incisos II e III e fez sugestão de redação. Aprovado a unificação dos incisos II e III com ajustes para destacar os documentos necessários para realizar o contrato de cessão de uso de águas da União.

- Art. 9º sobre empreendimentos em águas da união. Sem ajustes.

- Art. 10 sobre ampliação do empreendimento. Sem ajustes.

- Art. 11 sobre espécies utilizadas em aquicultura.

O caput foi desmembrado em parágrafo por conter dois comandos.

- Art. 12 sobre origem da forma jovem. Ajustes redacionais no caput com desdobramento para conferir melhor organização dos incisos e parágrafos.

- Art. 13 sobre licenciamento em áreas costeiras – ajustes redacionais para maior clareza do texto.

Obs. Frederico-IBAMA sugere organizar a minuta por capítulos/tema com finalidade de organização. Juliana Lopes acatou a sugestão.

- Art. 14 empreendimento em ambiente terrestre.

Marta Lamparelli-CETESB considera que o caput e parágrafo único precisam de ajustes e ficou de sugerir nova redação.

- Art. 15 sobre empreendimento diretamente em corpo hídrico. Sem ajustes.

- Art. 16 sobre condicionantes. Sem ajustes.

- Art. 17 sobre projetos de empreendimentos para aquicultura. Sem ajustes.

- Art. 18 sobre encerramento de empreendimento. Sem ajustes.

- Art. 19 sobre a licença ambiental e atendimento de exigências da normativa. Sem ajustes.

- Art. 20 sobre aplicação da norma em novos projetos e projetos iniciados antes da vigência da normativa. Sem ajustes.

- Art. 21 sobre entrada em vigor da norma. Sem ajustes.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Disisnama

Obs. após a leitura da minuta e ajustes redacionais sugeridos, foi feita leitura de itens que demandam reavaliação. Estes registros estão na cor vermelha no final da minuta em construção. Durante o intervalo do almoço foi feita consolidação das propostas sugeridas na parte da manhã.

Marta Lamparelli-CETESB abordou a necessidade de deixar claro sobre prazo para apresentar Licenciamento Corretivo uma vez que estava estabelecido na resolução anterior. Luciana Magnani-MPA defende que é necessário manter prazo em razão do novo modelo de resolução que irá substituir a 413. Aline Oliveira defende que não é necessário para estados que já fizeram regularização. Após a leitura da nova lei de licenciamento ambiental, entendeu-se que a competência para definir prazo para regularização está prevista na lei e não cabe a resolução estabelecer prazo.

#### **Período da tarde.**

Juliana Lopes-MPA fez a leitura dos artigos modificados na parte da manhã com objetivo de superar dúvidas:

- Art. 5º foi recepcionado no caput o período transitório citando a tabela 3 como orientação. Foi decidido que o prazo transitório de um ano.

- § 1º art. 5º o enquadramento de criação de várias espécies foi considerado ultrapassado e modificado para atender situações de empreendimentos que possuem mais de um sistema de produção, p. ex., sistema aberto no corpo hídrico e sistema fechado fora do corpo hídrico.

- § 2º art. 5º em razão de debates sobre modelo e formato de relatório de produção, Gracieleide dos Santos-IBAMA explicou como funciona o CTF/APP e a disponibilidade de acesso aos estados. Eduardo Ono acha adequado adotar o relatório da CTF/APP que é obrigatório e funcional. Para Juliana Lopes-MPA, caso decida-se por adotar o CTF/APP, não haverá sentido de ser estabelecer o período transitório. Houve dúvida sobre como exigir relatórios de OEMAs que identificam necessidade de período transitório para fazer relatórios de produção, em especial pequenos produtores. Aline Oliveira/IDEMA-BA sugeriu redação para equalizar período transitório e relatório de produção desde que o relatório contenha mecanismo de verificação de autenticidade. Marcelo Catharin-MPA sugere que o tipo de relatório e período transitório sejam responsabilidade do órgão licenciador.

- Art. 14 caput e parágrafo único sobre empreendimento localizado em ambiente terrestre.

Marta Lamparelli fez sugestão de ajuste redacional. Aprovado.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima  
Secretaria Executiva  
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente –  
Disisnama

Neste ponto finalizou-se o debate do texto da minuta e iniciou-se avaliação dos anexos. Juliana Lopes-MPA explicou que o MPA fez os ajustes propostos nas reuniões anteriores. Os itens em cor azul devem ser reavaliados.

- Anexo III sobre tipo de licenciamento. Surgiu dúvida sobre apresentação de Relatório Anual de Produção quando o empreendimento se encontra em construção. Gracicleide-IBAMA explicou que o usuário de recurso hídrico passou a ter responsabilidade de emitir o Relatório logo após a cessão de uso.

Os itens que exigem certificado de regularidade no CTF foram excluídos dos anexos III.

- Documento considerados dispensáveis em razão de modernização tecnológica, p. ex., a publicação em jornais para publicidade, foram suprimidos dos anexos.

- O termo “desmatamento” foi suprimido nos anexos e ficou apenas “autorização de Supressão de Vegetação”.

- Anexo IV recebeu ajustes redacionais para melhora a compreensão do texto. Segunda Marta Camparelli-CETESB não há referência ao anexo IV e Luciana Lopes-MPA sugeriu citar anexo IV em novo parágrafo no art. 5º que trata do licenciamento: “o Programa de monitoramento ambiental para cada porte de empreendimento deverá seguir o estabelecido no Anexo IV” Proposta aceita.

- Anexo IV o item licenciamento único necessitou correção para ajustar parâmetros de avaliação em aquicultura marinha.

- Anexo IV análise de itens relativos da piscicultura continental para os parâmetros de avaliação. Após a leitura, superação de dúvidas e ajustes redacionais foram aprovados.

- Anexo IV análise de itens relativos da piscicultura continental para os parâmetros de avaliação. Após a leitura, superação de dúvidas e ajustes redacionais foram aprovados.

- Anexo IV análise de item relativo a malacocultura e algicultura para empreendimento de porte médio. Após a leitura e superação de dúvidas, ajustes redacionais foram aprovados.

#### **4. Encaminhamento.**

Matéria encaminhada para apreciação na Câmara Técnica de Controle Ambiental.

#### **5. Observação.**

Os registros acima são sucintos, assim, para melhor compressão dos debates ocorridos durante a reunião recomenda-se acessar os documentos sobre o Grupo de Trabalho de Revisão CONAMA 413 disponíveis no site do CONAMA.

Reunião encerrada às 18hs.